

POR UMA SOCIOGÊNESE DO BINÔMIO ESTADO-CULTURA

Anderson Albérico Ferreira¹
Dayenny Neves Miranda (Orientadora)²

Resumo: O presente artigo constitui-se na reflexão sobre o surgimento do binômio Estado-cultura na sociedade moderna. Para este feito, partimos da perspectiva de que as políticas culturais, bem como a sociodinâmica da cultura são estabelecidas a partir da sinergia de diversos atores sociais. Compreendendo que na atualidade o Estado tem ocupado um lugar de protagonismo no contexto cultural, buscamos entender e pontuar como esse fato se sucedeu. Como norte metodológico-temporal utilizamos a noção de revoluções culturais, abordada por Stuart Hall, dado que elas são a materialização das reconfigurações paradigmáticas da sociedade. O trabalho inicia-se com uma análise panorâmica da relação entre política e cultura buscando pontuar os principais fatores que estavam em jogo nessa relação. A partir daí, seguimos para o momento de surgimento do Estado no contexto da primeira revolução cultural da sociedade moderna. Finalizamos o trabalho comentando o momento de gênese das políticas culturais contemporâneas, pondo em pauta a tensão que gira em torno da presença do Estado na sociodinâmica da cultura.

Palavras-chave: Estado Moderno, Política, Cultura, Políticas Culturais.

INTRODUÇÃO

As políticas culturais surgiram, paulatinamente, a partir do momento de autonomização da cultura na sociedade moderna. Os pensamentos vanguardistas desenvolvidos pelas principais correntes de pensamento, sobretudo francesa e alemã, no século XVIII, possibilitaram que a cultura fosse uma temática cada vez mais presente no universo político. Rubens Bayardo (2008) nos lembra que o pensamento ilustrado, por exemplo, propiciou claramente a criação de políticas de educação e instrução da população. Além desse exemplo, podemos citar a criação de museus, a popularização da ciência, o fomento privado e público às artes e a preservação do patrimônio. Essas e outras iniciativas, orientadas pela concepção de cultura de sua época, foram o prelúdio das políticas culturais atuais.

As ações voltadas ao campo cultural, em uma forma mais sistêmica, vão surgir no século XX. Mesmo após o exitoso caso da instauração do Ministério de Assuntos Culturais francês e a ostensiva iniciativa da Organização das Nações Unidas para a

¹Bacharelado em Produção Cultural - IFRJ/campus Nilópolis. andersonfolks@gmail.com

²Doutora em Letras Neolatinas - UFRJ, professora do IFRJ/campus Nilópolis. dayenny@hotmail.com.

Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de se discutir e alinhar esse novo conceito que surgia, denominado de políticas culturais, ainda permanecia um intenso obscurantismo paradigmático e conceitual entorno dele. Como expresso por Canclini (1987: 16-17), as primeiras iniciativas de se delinear o que seriam políticas culturais resultaram em descrições burocráticas que mais pareciam relatos de experiência. Um esforço crítico começa a ser empreendido especificamente a partir da década de 1980. Essa caracterização e conceituação do que seria política cultural, ainda parece-nos um tanto intrincada diante de toda complexidade que a sociodinâmica da cultura pode evocar. Contudo, podemos perceber que existem certas similaridades entre algumas concepções, sobretudo, no que se refere ao papel de alguns atores envolvidos na construção dessas ditas políticas. Tanto a UNESCO (1969) como o pesquisador Garcia Canclini (1987), compreendem que o Estado é um ator chave nessa dinâmica, mas diante das inúmeras experiências negativas, nas quais essa entidade atuou de forma autoritária e reguladora, desenvolveu-se, cada vez mais, um discurso a favor de sua minimização e, até mesmo, de sua supressão na dinâmica cultural.

Neste contexto, o presente trabalho surge a partir do questionamento sobre essa presença do Estado na atuação e construção das Políticas Culturais Contemporâneas, uma temática que tem acalorado a reflexão acerca do campo cultural. Ao refletirmos sobre os discursos proferidos em debates, fóruns, seminários, e outras formas de discussão, parece-nos que as opiniões sobre a presença dessa entidade política, se fracionam em dois polos antagônicos. Para os críticos mais veementes do Estado, sua presença na articulação do campo da cultura, configura-se em uma ameaça, na medida em que os espectros da repressão, direcionamento, regulação e silenciamento, parecem se fazer reais. Já para outros, a presença do Estado se faz imperativa, pois ele constitui-se em um aparato que fomenta, ferramenta e subsidia a cultura e seus agentes através de políticas públicas e de fomento. Contudo, é essencial sua articulação com a população, possibilitando o empreendimento de políticas culturais mais democráticas³.

É fato que a cultura, a identidade e a dimensão social não dependem do Estado, essas configurações são forjadas pela sinergia e atuação dos indivíduos em um

³Como nos elucida Alexandre Barbalho, políticas culturais democráticas não estariam limitadas a uma suposta participação social na concepção de uma determinada política cultural. Desta forma, ela se configuraria no fomento e reconhecimento das diferenças socioculturais e identitárias, em conjunção a desconstrução dos “muros” que impedem a sociedade de ocupar seu papel de produtora e fazedora da cultura. Em suma, seria uma política que “[...] que promova, favoreça e intensifique a invenção e a diferenciação.” (BARBALHO, 2008:13)

determinado grupo. No entanto, a história tem nos evidenciado dados concretos de que o Estado foi ocupando, cada vez mais, um papel ativo, e até mesmo de mediação, na organização das sociedades modernas. Essa atuação não surgiu de forma instantânea e bem delineada, ela passou por um longo processo de desenvolvimento, no qual o campo da cultura, foi um elemento-chave na constituição desse novo papel que o Estado exerce.

Desta forma, em nível de revisão bibliográfica, buscamos desenvolver um percurso sócio-histórico dos principais paradigmas e experiências de relação do binômio Estado-cultura. Nos orientamos pelas principais *revoluções culturais*⁴ (HALL, 1997:17) da sociedade moderna. Partimos dos primeiros indícios de uma relação delineada entre cultura e política, presentes nas nações grega e romana clássicas. Compreendemos que elas ressignificaram o lugar da cultura, na medida que o aparato de poder vigente concebeu-a como um importante mecanismo de controle e organização social. A partir daí, damos sequência a análise da primeira revolução cultural moderna que ocorreu na Europa, a Renascença. Período que além de abranger os indícios e a preparação para o “surgimento” da sociedade moderna, em seu sentido lato, foi berço do surgimento do Estado Moderno, que se configurou em uma nova forma da política se relacionar com a cultura. Tão importante como a Renascença, o Iluminismo, sobretudo no período pós-Revolução Francesa, legitima essa estrutura e dinâmica social moderna. Em um ambiente no qual a noção de Estado e nação já estavam mais solidificadas perceberemos que a cultura será uma importante ferramenta de criação e legitimação das identidades nacionais. Por fim, encerramos com a revolução cultural da segunda metade do século XX, momento o qual é marcado pela criação da ideia de políticas culturais, o esforço da UNESCO em criar um espaço de debate sobre esse conceito que estava se formando e o estabelecimento da cultura enquanto temática nas agendas internacionais.

SENTIDO E ALCANCE DA CULTURA

Antes de discutirmos os paradigmas sócio-históricos inerentes ao binômio Estado-cultura, devemos, de modo geral, buscar entender o que fomenta essa aproximação. Muitos autores (MARTINS, 2007; ELIAS, 2011; HOBBSBAWM & RANGER, 1997) se dedicaram a reflexão sobre a origem e a motivação desse interesse cada vez mais nítido do Estado e das entidades de poder no campo da cultura. Parece

⁴Por revoluções culturais, entende-se como as transformações paradigmáticas originárias do sistema cultural, em outras palavras a cultura como uma força de mudança histórica, social e do cotidiano.

existir uma certa convergência acerca de alguns aspectos levantados em seus trabalhos, que permite-nos dizer que o sentido e alcance social da cultura na construção e dinâmica das sociedades e dos indivíduos traduz uma certa forma de poder, pois a cultura organiza, legitima e reorganiza os grupos e sistemas de relação social, fazendo com que de uma forma ou outra esteja envolvida com a política. Em outras palavras, ela é tanto um mecanismo social de *invenção* – fomentando e produzindo identidades sociais – como de *conquista* – sendo um espaço de lutas simbólicas.

É evidente que a cultura é um dos elementos fundamentais tanto para a vida comunitária como individual. É a partir dela que é transmitido um arcabouço de sistemas e estruturas morais, simbólicas e, em certa medida, comportamentais de um determinado grupo, como nos mostra toda a tradição da Antropologia. Para entendermos melhor, esse papel usamos a noção cunhada pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1989), que define os sistemas simbólicos, em tese a cultura, como *estruturas estruturantes*. Em suma, a dinâmica sociedade-cultura se constituiria em uma relação cíclica, na qual ambas seriam ao mesmo tempo elemento ativo e passivo. Isto é, a cultura cria o social, na medida em que ela, também, é criada pelos indivíduos, em ação no meio social. Seguindo esta perspectiva, o sociólogo francês aponta duas funções sociais básicas dos sistemas simbólicos.

Na primeira delas, o campo simbólico funciona como *instrumento de conhecimento e de comunicação*, possibilitando a integração social. De forma que “[...] eles [os sistemas simbólicos] tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a interpretação *lógica* e a condição da integração *moral*”⁵. Certos elementos do campo simbólico, em especial aqueles com grande apelo metafísico, tais como a religião e os mitos, por muito tempo atuaram como legitimadores do conhecimento e construtores da realidade social, como é o caso da associação de causas e efeitos naturais aos deuses, ou a imposição de formas de governo ou de governantes, por meio da religião – lembremos do Absolutismo. Essa função é muito nítida no contexto social de diversas nações até o advento do iluminismo no século XVIII, que ressignifica diversos paradigmas a partir de elementos que girassem em torno da razão.

A segunda função social, abordada pelo sociólogo, seria a de *instrumento de dominação*, que na concepção marxista é entendida como a função política do campo

⁵ *ibid.*, p. 10

simbólico. É a partir dessa perspectiva que se analisará e explicará as produções simbólicas relacionando-as com os interesses de uma determinada classe dominante. Neste caso, ao contrário do *mito*, por exemplo, que é um produto coletivo e coletivamente apropriado, a *ideologia* será a base e impulsora das produções simbólicas. Em suma, a produção simbólica se daria sobretudo pela classe dominante, ao passo que as ideologias serviriam aos interesses particulares que na maioria das vezes tendem a apresentar-se como interesses universais, comuns a toda sociedade⁶. Sob essa perspectiva a cultura dominante atuaria como demarcador e ponto de partida para a constituição de uma organização social estamental ou de classes, distinguindo a sociedade a partir de seus sistemas simbólicos.

Observa-se a partir desses apontamentos que o campo simbólico, ou a cultura, tem uma função dupla no contexto social, ela age, ao mesmo tempo, como aquela que une, mas como a que separa. Aumenta as desigualdades, mas as diminui ao passo que possui elementos de aproximação dos grupos. Essa faceta binária e bifronte da cultura caracteriza profundamente suas aproximações com a política. (BARBALHO, 2016; EAGLETON, 2011) E é justamente esse ponto nevrálgico e de tensão que mune discursos tanto de representantes de pensamento mais conservador como daqueles liberais.

O FLERTE ENTRE POLÍTICA E CULTURA

A relação entre os campos político e cultural não é algo recente, entendemos que desde os primórdios da história humana ambas esferas estão em sinergia. Tanto nas sociedades primitivas como nas modernas, a religião, os ritos, os mitos, a poesia, a memória e história oral, as artes, e outros componentes do campo simbólico, estavam diretamente ligadas às entidades de poder, ou seja, aquelas que governavam. Essa relação entre política e cultura, desde suas formas mais rudimentares, surge como uma forma de organização e estruturação da vida social, permeada pela ideia de poder e controle social.

A noção de *poder* foi sendo ressignificada com o decorrer da história da sociedade humana. Contudo, como pontua Norberto Bobbio (1987, 82-83) existem três esferas ou formas de poder elementares que são identificáveis em grande partes da história das sociedades, são eles: o poder econômico, o ideológico e o político, em outras palavras, a riqueza, o saber e a força. É inegável que todos eles, de uma forma ou

⁶ *ibid.*, p. 10

de outra, se perpassam e comunicam. Antes do aparecimento do termo Estado, não havia a problemática de identificação de ordenamentos, entidades ou gênero específico de governo, o poder político era exercido por um determinado governante ou um grupo de indivíduos, sob outros indivíduos e um território. Com o avanço dos tratados políticos e com o aprimoramento reflexivo propiciado, sobretudo pela Ciência Política, conceitos como poder, Estado e política foram sendo sistematizados suscitando tanto na construção de um amplo arcabouço teórico, como na inserção desses agentes-termos no contexto social. Como nosso objetivo não é refletir sobre essa temática de forma aprofundada, pontuaremos sinteticamente a característica e funcionalidade dos poderes político e ideológico, que nos interessa para o contexto deste trabalho.

O filósofo político Norberto Bobbio (1987: 80) caracteriza o *poder político* como aquele que se identifica com o exercício da força. Esse poder se estabelece no uso de aparatos, digamos repressores, para obter seus objetivos e efeitos desejados, como a ordem social. Essa imposição de uma vontade “soberana” não se restringe apenas a coação física, mas na elaboração de consenso acerca dos instrumentos que devem ser utilizados para impor essa vontade. Já o *poder ideológico*, para o autor, traduz-se na capacidade de influenciar a formação de ideias e práticas sociais para construir padrões de comportamento que produzam determinado modo de se perceber o mundo⁷. Percebe-se que o poder ideológico coaduna com o sistema simbólico, pois a partir da cultura e de seu alcance, ou funções sociais, é possível a construção de uma ordem e consenso social de forma mais pacífica e velada, fazendo com que determinada organização e realidade social, mesmo desigual, pareça algo comum.

Muitos desses conceitos e perspectivas tem como pilar as experiências e tratadísticas das civilizações grega e romana. Parece-nos quase que consensual que são os gregos e romanos os precursores do desenvolvimento de uma consciência política e da política propriamente dita (BOBBIO, 1987; CHAUI, 1999; SKINNER, 2003). Tomando essa premissa observa-se que o papel da cidade (*polis*) no contexto dessas civilizações, sobretudo grega, era extremamente importante e crucial. Em tese, *polis*⁸ nada mais seria que a organização social da cidade-Estado, a participação e interação

⁷*ibid.*, 82-83

⁸Para uma leitura mais consistente ver: BONINI, Roberto. Polis. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Coord.trad. João Ferreira, 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016. (Vol. 2) p. 949-954.

dos indivíduos em um contexto de coletividade, como exposto por Chauí (1999: 371) ela é entendida como

“[...] a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*polikotos*), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis a isonomia (igualdade perante a lei), e a isegoria (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar”

Ao passo que *polis* será a interação social, política (*ta politika*) será a participação dos indivíduos na administração e na condução da cidade, em suma nos destinos da coletividade (CHAUÍ, 1999; FEIJÓ, 1992). Logo, podemos compreender que Aristóteles ao referir-se ao ser humano como um animal político, ele quer justamente salientar sua capacidade de organizar-se e administrar a vida coletiva. Johannes Althusius, filósofo alemão, seguirá essa mesma perspectiva ao definir a política como “a arte por meio da qual os homens se associam com o objetivo de instaurar, cultivar e conservar entre si a vida social.” (*apud* BOBBIO, 1987:64). Observamos que em paralelo a essa construção da “política”, pelos gregos e romanos, havia-se também uma preocupação com o campo cultural, lembremos que as três formas de poder – político, econômico e ideológico – convergem e se comunicam.

Como aponta Martin Feijó (1992: 12) na cidade de Atenas, em especial na época de Péricles, são empreendidas diversas iniciativas que giravam entorno do campo simbólico, desde projetos para a reconstrução arquitetônica das cidades destruídas pós-guerra até o fomento ao teatro. Devemos lembrar a notável representatividade das artes cênicas no contexto social dessa “nação”. Essa arte atuava como um instrumento de comunicação e coesão social, dado que as comédias e tragédias tratavam de temáticas do cotidiano social e levavam à reflexão abordando sobre leis e a relação com o divino, uma forma de pedagogia ética e moral. No contexto da civilização romana, é perceptível muito da essência e dos padrões estéticos gregos. Essa civilização será uma espécie de herdeira do *ethos* grego. No entanto, o que diferencia o contexto grego do romano será justamente a preocupação com o fomento às artes, neste momento surge a ideia de *mecenator*, que constituiu-se em uma das mais clássicas ações de fomento ao campo da cultura existentes.

O SURGIMENTO DO ESTADO E SUA APROXIMAÇÃO COM A CULTURA

Após o pioneirismo grego e romano na articulação dos campos político e cultural, compreendemos que é somente na modernidade, especificamente no período do Renascimento, que se é possível observar uma nova iniciativa concreta de

conjugação entre os dois campos. Tal fato foi possível graças ao movimento de reorganização dos paradigmas político-econômicos e socioculturais na Europa, estimulados por uma notável revolução cultural que materializou-se, sobretudo, no campo da arte e “possibilitou o aparecimento de uma visão e de uma representação nova da realidade” (RUBIM & OLIVEIRA, 2012: 6). Segundo o historiador da arte Hernest Gombich (2011: 223-24) a ideia de renascimento estava associada, sobretudo, na mente dos italianos a uma ressurreição da glória de Roma, e da grandeza de sua arte, da ciência e do saber que haviam florescido no período Clássico. Essa ideia num sentido mais amplo e no contexto, digamos, internacional vai valorizar, também, o homem e a natureza em oposição ao divino e ao sobrenatural, além de enaltecer os valores da racionalidade e da dignidade do ser humano (RUBIM & OLIVEIRA, 2012:8). Podemos considerar esse momento como um primeiro “pulsar” da sociedade moderna. É possível concluir, a partir desses apontamentos, que o campo simbólico, protagonizado pelas artes, assim como no contexto grego e romano do período clássico, desempenhou um papel importante no campo sociopolítico da Itália e posteriormente da Europa.

Ao considerarmos que a ideia de centralização do poder começa a ser desenvolvida⁹, resultado de uma reorganização do poder político, um componente social “cimentador” se torna imperativo para o logro dessa nova lógica de organização estrutural que se estava estabelecendo. Aqui o poder ideológico e o poder político serão elementos indissociáveis para a organização de um esboço da sociedade que viria a ser denominada séculos depois como moderna. A arte e, principalmente, a religião serão os principais articuladores do poder ideológico nesse período e funcionarão como um elemento de identificação e assimilação social no esforço de formar os comportamentos necessários à crença no Absolutismo ascendente. Em outras palavras, legitimar a preponderância do poder político que se formava (RUBIM & OLIVEIRA, 2012; FLORENZANO, 2007). Aqui percebemos que a primeira relação do Estado com o campo da cultura se fundamenta em uma lógica utilitária, na qual elementos do campo simbólico atuam como uma ferramenta de manipulação que suscita no controle social.

⁹ Para um estudo mais sistemático sobre as origens do Estado cf. SKINNER, Quentin. *El nacimiento del Estado*. Buenos Aires: Gorla, 2003; FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado no ocidente. *Lua Nova*. São Paulo, 71: 11-39, 2007; BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; ANDERSON, Perry. *Linhagens do Absolutismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004; AZAMBUJA, Darcy. *Teoria geral do Estado*. São paulo: Globo, 2008; VALLÉS, Josep. *Ciencia Política: una introducción*. Barcelona: Ariel, 2006.

Pode-se conjecturar que as primeiras ideias de cultura enquanto aparato formativo tenham sido desenvolvidas nesse período. As pesquisadoras Sandra Regina Rubim e Terezinha Oliveira (2012: 3) discorrem que “a linguagem imagética e a literatura, por meio da memorização e da construção de hábitos, cumpriram a função de ensinar, atuando na construção da identidade do indivíduo e da sociedade moderna.” Séculos depois, essa perspectiva – por parte dos governantes e do Estado – de cultura como articuladora de formação e educação, ainda estará em vigor, como observamos na crítica de Samuel Taylor Coleridge¹⁰ a cultura moderna, uma espécie de pedagogia ética, é que tornaria o indivíduo apto para a cidadania política (*apud* EAGLETON, 2011: 16-7).

O ESTADO PRESENTE: NACIONALISMO CULTURAL

Após o “esfriamento” do Renascimento, enquanto revolução cultural e paradigmática, o Iluminismo, no século XVIII, surge como seu herdeiro direto. Em um contexto de florescimento crítico e filosófico, no qual a razão, a laicidade e a centralidade do homem norteavam os discursos, de forma que as reflexões sobre o conceito de cultura se tornam mais expressivas. Os resultados mais significativos proveem da tradição alemã (*Kultur*) e francesa (*civilisation*) (ELIAS, 2011; WILLIAMS, 2003; EAGLETON, 2011), essas discussões abrem espaço para a ressignificação o seu lugar da cultura no contexto das sociedades modernas pós-Revolução Francesa. Nesse ambiente de ressignificações o Estado Moderno toma uma nova forma, surge como instituição social de aspiração liberal, cujos interesses individuais deveriam ser sobrepujados pelos interesses coletivos, em outras palavras, da nação. Tal fato abre caminho para a relação Estado-cultura ir além das diversas formas de mecenato que até aquele momento foram empreendidas. A cultura e a arte passaram a ser vistas como ferramentas chaves na consolidação da mudança paradigmática proposta no Século das Luzes, sobretudo pela Revolução Francesa. Além disso, passaram a ser compreendidas como uma “questão de Estado”, ao passo que desempenhavam cada vez mais um papel central na conformação das identidades e na legitimação dos Estados-nação, como expõe Xan Bouzada (2007). A cultura passa a ser compreendida como autoconsciência da sociedade moderna.

¹⁰COLERIDGE, S. T. *On the Constitution of Church and State*, Abingdon: Routledge & Kegan Paul, 1976.

Diante da iminente impessoalidade do indivíduo moderno (SIMMEL, 1967:16-17) e a antagônica necessidade do Estado promover a unidade da nação através de uma identidade nacional, era imperativa a criação de elementos unificadores e fomentadores de coesão social. A religião, após todo o esforço do humanismo e do iluminismo de se promover uma laicidade, já não era uma ferramenta tão eficaz como outrora, tal fato possibilitou que a, digamos, relação Estado-cultura fosse além daquela na qual se baseava num utilitarismo da arte e da religião. O Estado buscará novos elementos que compõem o arcabouço cultural para atingir seu objetivo final: governabilidade pela cultura. O historiador Eric Hobsbawm (1997: 279) vai abordar que o Estado empreenderá o incentivo a três esferas específicas do campo simbólico: nesse período percebe-se um forte investimento na educação; a segunda iniciativa centra-se na criação de diversas cerimônias públicas, que podemos associar as festas – na busca de se propiciar um espaço de interação e trocas sociais; e por fim, é expressiva a produção em massa de monumentos públicos, o autor chama a atenção especificamente a distribuição destas iconografias, sobretudo no caso francês, que se deslocaram dos grandes centros e passaram a fazer parte do mobiliário de vilas e cidades pequenas.

A partir desse momento começam a ser empreendidas ações sistematizadas e específicas ao patrimônio histórico-cultural “[...] originárias dos esforços de consolidação dos estados modernos por meio da construção da identidade nacional e da preservação de seu patrimônio cultural” (LIMA *et al.* 2013:5). Desta maneira, percebe-se que em um exercício de sistematizar e resguardar uma “memória oficial”, no caso a memória nacional, se enquadrava a memória coletiva a fim de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados) [...]” (POLLAK, 1989: 9). Tal atuação do Estado não se detém no século XVIII e XIX, de acordo com Luciana Lima (*et al.*, 2013), que classifica essas ações como *políticas de identidade e patrimônio*, elas são ressignificadas e permanecem como uma das principais linhas de ação das políticas de cultura na atualidade.

O ESTADO CULTURAL: A INVENÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL

Aparentemente as posições da maioria dos autores e estudiosos, sobre as políticas culturais, convergem na ideia de que é somente no século XX, especificamente na segunda metade, que começam a ser delineadas as primeiras intervenções

governamentais explícitas no campo da cultura. Intervenções estas entendidas sob uma concepção moderna de atuação pública no campo – a qual serviu de suporte a processos de expansão dos direitos dos cidadãos e serviu ao objetivo de ampliar o espectro de reconhecimento das diversas formas culturais existentes (FERNÁNDEZ, 2007: 113) – e não aquela restrita a um mero mecenato real ou de controle da ordem pública moral. Contudo, o pesquisador e sociólogo Xan Bouzada, entende que a política cultural tem como ponto de partida a década de 1930, levando em conta que,

“Se nos atermos aos diagnósticos efetuados acerca do nascimento das políticas culturais nos países ocidentais, pode se afirmar que o período geralmente reconhecido como fundacional, que pode ser entendido já de um modo pleno como políticas culturais, seria aquele que se estende entre a década dos anos trinta e os anos sessenta do passado século XX” (FERNÁNDEZ, 2007: 113)

A perspectiva mais em voga, de que as políticas nascem na segunda metade do século XX, tem como marco a experiência dos franceses no campo da cultura. Talvez devido ao fato de que o caso francês – especificamente com a criação do Ministério dos Assuntos Culturais –, como expressa Xan Bouzada (2007:113) constitui a experiência mais acabada de institucionalização da cultura. No entanto, o autor, nesse mesmo estudo, defende a ideia de que existem mais dois experimentos¹¹, além do caso francês, que podem ser considerados como inaugurais no processo de concepção e fundação das políticas culturais. São elas as iniciativas político-culturais da Segunda República Espanhola, na década de 1930, e a instituição dos *Arts Council* na Inglaterra na década de 1940. A atuação do Estado espanhol no período da Segunda República, seguiu os paradigmas já existentes, sobretudo aqueles empreendidos pelo nacionalismo cultural dos finais do século XVIII e do XIX. Sua protopolítica cultural foi direcionada pela ideia de salvaguarda dos patrimônios culturais, pela popularização das artes e fomento à educação, um grande exemplo de sua ação cultural são as *Misiones Pedagógicas*. No contexto inglês, como expõe Fernández (2007:122), os esforços a favor do campo cultural se concentraram no fomento às artes. A ideia de desburocratização e independência da arte do poder político foi uma grande característica da política da arte nessa nação.

Uma nova dinâmica entre política e cultura é perceptível somente com a criação do Ministério de Assuntos Culturais francês, em 1959. Nesse momento, em tese, é

¹¹ Devemos nos ater, como nos lembra Lia Calabre (2009), que no Brasil, também na década de 1930, as primeiras iniciativas no campo da cultura começam a ser empreendidas pelo Estado, tais como a criação do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo (1935), a institucionalização do (SPHAN) Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1936), a criação oficial do (Ince) Instituto Nacional de Cinema Educativo (1937) entre outras iniciativas.

rompida a função de subserviência da cultura à política, ela “deixa de ser” um instrumento para ser a finalidade política. Desta forma, André Malraux se deparou com um grande desafio e responsabilidade, como expressa Albino Rubim (2012:14) “sua missão não foi apenas de instituir o primeiro ministério da cultura existente no mundo, mas de conformar uma dimensão de organização nunca antes pretendida para uma intervenção política na esfera cultural”. Esse momento é concebido como limiar das políticas culturais, porque se é ressignificada tanto a relação, como os papéis da política e da cultura. Neste contexto de construção das políticas culturais e organização da sociodinâmica da cultura, também busca-se “legitimar as novas funções que o Estado deve assumir” (POIRRIER, 2012:19). Ele passa a ser encarado como um mediador que busca conciliar os campos político e cultural, além de interventor no intuito de concretizar e democratizar o acesso e direito à cultura. Essa ideia do Estado “levar a cultura” à população, evoca um retrocesso, na medida em que tais paradigmas estabelecidos estavam “marcados por uma nítida vocação: centralizadora, estatista e ilustrada, com um nítido viés de atenção para os aspectos estéticos e artísticos” (FERNÁNDEZ¹² *apud* RUBIM, 2012:16). Nada diferente da ideia de nacionalismo cultural.

O aprimoramento e desenvolvimento dos meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, foram se expandindo de maneira surpreendente, através das tecnologias e da revolução da informação (HALL, 1997:17), esse fato tiveram impactos diretos na maneira de viver e de agir, em suma na identidade dos indivíduos. Somado a isso a ideia de pluralidade e multiculturalidade possibilitaram um ambiente que propiciou a demarcação das diferenças, no sentido positivo da palavra. Diante disso, já com a consolidação da ideia de políticas culturais, observamos um esforço empreendido pela UNESCO, na busca de se alinhar, delinear e promover a inserção dessa temática nas agendas internacionais. É no período entre as décadas de 1970 e 1980 que surge a efervescência do debate acerca das políticas culturais. O campo da cultura passa a ser compreendido como um setor estratégico, como um vetor de desenvolvimento tanto econômico como social. Tal cenário, sufoca o modelo de política cultural para democratização, e como contramedida surge a ideia de política de democracia cultural, que segundo Canclini (1987: 50-53), se constitui na proteção e fomento das identidades

¹²FERNÁNDEZ, Xan Bouzada. Acerca de algunos cambios recientes en los escenarios de la cultura: secularización y globalización. In: MORATÓ, Arturo Rodríguez (org.) *La sociedad de la cultura*. Barcelona: Ariel, 2007. p. 123-153.

e diferenças. Em resumo, o Estado deve ferramentar, fomentar e possibilitar o desenvolvimento da produção, circulação e fruição de todas as culturas que sejam representativas dos grupos que formam uma determinada sociedade.

A partir desse momento os desenhos de políticas culturais vão se aprimorando e divergindo de acordo com a realidade de cada nação. Yúdice (2006) vai apontar que essa centralidade da cultura fundamenta-se basicamente nas suas possibilidades de uso, pois ela é conveniente enquanto recurso para atingir um fim. E é justamente por essa potencialidade da cultura que o Estado possui interesse no campo simbólico. Parece-nos que mesmo com a consolidação do termo e dos paradigmas das políticas culturais, o imaginário das políticas *para* cultura, e sua configuração do Estado interventor, continuam presentes na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (?)

Muitas são as questões que envolvem o binômio Estado e cultura, tornando impossível analisá-las de forma mais aprofundada neste artigo. Contudo, acreditamos que, panoramicamente, demos conta de expor as principais questões que envolvem o surgimento e o desenvolvimento dessa relação. Como resultado, podemos perceber que a perspectiva utilitária da cultura não é algo recente, ela já era operada antes mesmo do desenvolvimento da ideia e do conceito de Estado. Mas é na sociedade moderna que esse utilitarismo se torna mais latente, sob a forma de paradigmas da relação Estado-cultura. Constatamos que no período da Renascença o Estado pautava-se no paradigma de *regulação pela cultura*, em outras palavras, constituía e regulava-se a organização social a partir das produções simbólicas. No contexto de uma nova revolução cultural, culminada no século XVIII, e deixada de legado para o XIX, um novo paradigma é concebido pelo Estado, não que o anterior tenha sido excluído, mas a *governabilidade pela cultura* passa ser um elemento-chave na consolidação do Estado liberal e da identidade nacional. De forma que essa entidade política passa a regular e produzir elementos e signos simbólicos na busca de se promover uma unidade e coesão social. Na segunda metade do século XX a ideia e função da cultura foram ressignificadas, isso impactou diretamente na sua relação com o Estado. Após a criação do conceito de políticas culturais, e baixo a chancela do desenvolvimento, o objetivo agora seria *governar para a cultura*, desenvolver ações que fomentassem o campo. Sabe-se, em

grande parte, que não pela relevância do seu papel e função social, mas pelas suas possibilidades de uso e retorno no contexto econômico e político.

Diante dessas questões que giram em torno da cultura na atualidade, excluir o Estado da sociodinâmica cultural não é o bastante para acabar com essa exploração e utilitarismo do campo. Existem e existirão outros agentes que buscam explorá-lo. O momento é de reflexão sobre conceito de cultura, o papel do Estado e o desenho das políticas culturais desenvolvidas na atualidade, que em sua grande maioria tem enxergado a cultura como um mero condutor, e não como o objeto final das ditas políticas. Desta maneira, entender como o Estado enxergou e constituiu sua relação com a cultura no passado é crucial para que as experiências de repressão, regulação e silenciamento não sejam cometidas no presente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARBALHO, Alexandre. Cultura política e política cultural democráticas. A experiência da gestão cultural em Fortaleza (2005 - 2008). In: CALABRE, Lia. (Org.) *Políticas Culturais: um campo de estudo*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

_____. *Política Cultural e Desentendimento*. Fortaleza: IBDCult, 2016.

BAYARDO, Rubens. Políticas Culturales en la Argentina. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas & _____ (orgs.) *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: EDUFBA, 2008.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CANCLINI, Néstor Garcia. Los paradigmas políticos de la acción cultural. In: _____. (coord.) *Políticas Culturales en América Latina*. México: Editorial Grijalbo, 1990

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. Editora Ática: São Paulo, 1999

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de políticas culturais*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2004.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. 2. ed. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O que são políticas culturais?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

FERNÁNDEZ, Xan Bouzada. Financia acerca de origen y génesis de las políticas culturales: arqueologías y derivas. *O Público e o Privado*. Fortaleza, v. 9, jan./ jun. 2007, o. 111-147.

FERREIRA, Luzia A. Políticas Públicas de Cultura. In: CALABRE, Lia (org.) *Políticas Culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itáu Cultural; Rio de Janeiro: FCRB, 2009. p. 59-68.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado no ocidente. *Lua Nova*. São Paulo, v. 71, p. 1-39, 2007.

GOMBRICH, Ernst Hans. *A história da arte*. trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*. v. 22, n.2, p. 15-46. jul./dez. 1997.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA, Luciana Barbosa; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. In: IV Seminário de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, 16 a 18 de out. 2013. *Anais*.

MARTINS, Estevão de Resende. *Cultura e Poder*. São Paulo: Saraiva, 2007.

POIRRIER, Philippe. Introdução. In: _____; GENTIL, Geneviève (Org.) *Cultura e Estado: a política cultural na França, 1955-2005*. São Paulo: Iluminuras: Itáu Cultural, 2012.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. São Paulo, v.2, n.3, 1989, p 3-15.

RUBIM, Antonio Albino. Panorama das Políticas Culturais no mundo. In: _____(org.) *Políticas Culturais*. Salvador: EDUFBA, 2012. p13-28.

RUBIM, Sandra Regina Franchi; OLIVEIRA, Terezinha. A relação entre arte e poder no renascimento. In: Jornada de Estudos Antigos e Medievais, 11., 2012, Maringá. Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais. Maringá, 2012. *Anais*.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.13-28.

SKINNER, Quentin. *El nacimiento del Estado*. Buenos Aires: Gorla, 2003.

UNESCO. *Cultural policy: a preliminary study*. Paris: La documentacion française, 1996.

WILLIAMS, Raymond. *Palabras clave: um vocabulario de la cultura y la sociedad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2003.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.